



**POLÍCIA MILITAR
DO AMAPÁ**

**POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**



PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E DISCIPLINARES NA PMAP

**Instrutoras: 2º TEN SARA REIS
3º SGT ARIEL
3º SGT SOCORRO**

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ

- **Sindicância Policial Militar:** objetiva apurar possível prática de transgressão disciplinar de forma mais detalhada, para casos como, acusação proferida por populares de que uma equipe militar teria cometido irregularidades no atendimento a ocorrência;
- **Inquérito Policial Militar(IPM) :** visa a apuração de crime militar que se amolde à competência do Artigo 9º do Código Penal Militar (CPM);



PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ

- **Conselho de Justificação (CJ):** objetiva apurar capacidade de Oficial em permanecer nas fileiras da instituição militar;
- **Conselho de Disciplina (CD):** visa a investigação acerca da capacidade da Praça em permanecer na Corporação;



PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ

- **Inquérito Técnico Administrativo (ITA):** visa apurar responsabilidade pecuniária por dano a patrimônio pertencente à Administração ou a terceiros, decorrente da atuação policial militar.
- **Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS):** tem por objetivo apurar possível prática de transgressão disciplinar de forma mais célere, para casos mais simples, como, por exemplo, falta ao serviço, e outros.



PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ

- **Auto de Prisão em Flagrante (APF):** ocorre quando o militar é flagrado cometendo crime de natureza militar durante o serviço ou estando de folga em face de militar em serviço ou em razão da função militar, etc.;
- **Processo de Deserção:** visa a investigação de crime tipificado no artigo 187 e ss do CPM;



PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

1 – DEVIDO PROCESSO LEGAL

- **Previsto no art.5º, LIV da Constituição da República, o qual permite que as pessoas só possam se sujeitar às penalidades estatais quando devidamente submetidas a um processo legalmente previsto no ordenamento jurídico e que propicie o pleno exercício de direitos e garantias fundamentais.**

Esse princípio assegura ao sindicado vários direitos no âmbito do processo, a exemplo dos direitos: à citação, ampla defesa, contraditório, à imparcialidade do julgador, a uma sentença fundamentada, ao duplo grau de jurisdição e à coisa julgada...



PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

2 – AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

Ampla defesa: consiste na possibilidade do acusado, pela prática de uma transgressão, utilizar os mais variados instrumentos como meio de defesa no processo administrativo disciplinar, dentre eles até a possibilidade de se manter silente.



art. 5º, LV, da CF: “Aos litigantes, em processo judicial ou **administrativo**, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

2 – AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO

Contraditório: consiste no direito de se “insurgir” ou contradizer-se em relação aos atos praticados pela parte adversa, elencando sua posição contrária.

Outrossim, o sindicato possui direito ao conhecimento ou à informação acerca desses atos.



art. 5º, LV, da CF: “Aos litigantes, em processo judicial ou **administrativo**, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

3 – MOTIVAÇÃO

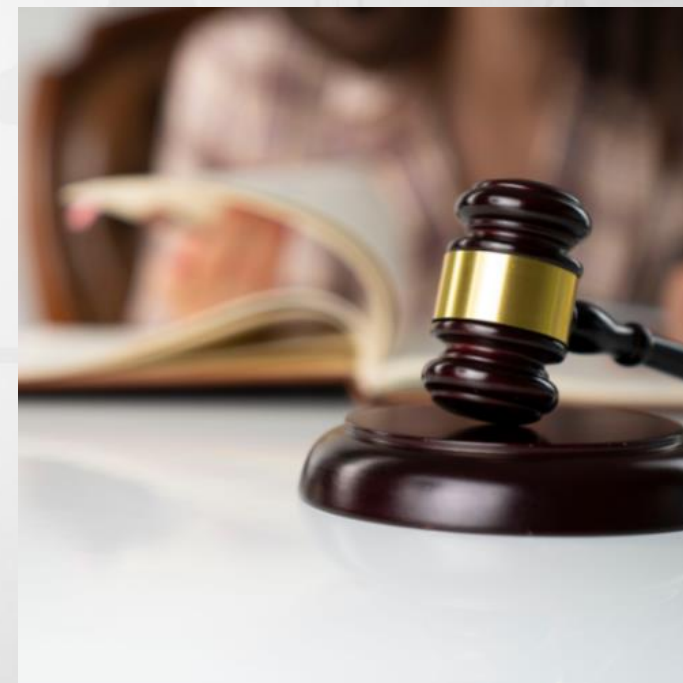
- A motivação é o dever imposto a administração pública de indicar os pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática dos atos administrativos.
- Dessa forma, a validade da atuação administrativa depende da apresentação formal dos fundamentos fáticos e jurídicos justificadores da decisão adotada.



PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

3 – AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA

- Refere-se ao *poder-dever* da Administração Pública de controlar ou reavaliar seus próprios atos através dos institutos da revogação e da anulação.



Súmula 473 – STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

*Bem-aventurado o homem que acha
sabedoria, e o homem que adquire
conhecimento.*

Provérbios 3, 13.



POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ

PARA SERVIR E PROTEGER